

*Vitor Henrique Paro*

# ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

um estudo sobre o sistema regular de  
ensino e a formação de recursos huma-  
nos no Brasil.

Editora Cultrix

VITOR HENRIQUE PARO

# ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*Um estudo sobre o sistema regular de ensino  
e a formação de recursos humanos no Brasil*



EDITORA CULTRIX

SÃO PAULO

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O SISTEMA EDUCACIONAL E AS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO	3
1.1. Educação e Desenvolvimento	4
1.2. Educação e Mudanças Tecnológicas	6
1.3. A Modernização e as Mudanças Qualitativas no Perfil da Mão-de-Obra	8
1.4. O Desempenho do Sistema Educacional e as Necessidades do Mercado de Trabalho	12
1.4.1. A escassez de pessoal qualificado e o problema de seu dimensionamento	12
1.4.2. O comportamento da demanda face à oferta abundante de mão-de-obra qualificada	17
1.4.3. A expansão do ensino superior e a "abundância" de profissionais universitários	20
1.4.4. A profissionalização do ensino de segundo grau e a "escassez" de mão-de-obra de nível médio	28
1.4.5. O ensino de primeiro grau e a pirâmide educacional	32
1.4.6. O sistema de formação profissional paralelo ao sistema regular de ensino	36
1.5. Sumário	39
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO E O TRABALHO	42
2.1. Educação e Educabilidade	43
2.2. Educação Geral, Formação Especial e Preparação para o Trabalho	47
2.2.1. Educação integral e formação profissional	48
2.2.2. Educação geral e formação especial	51
2.2.3. A escola e a formação do cidadão	53
2.2.4. A educação geral e a preparação para o trabalho	56

2.3. Opções Institucionais para a Formação Profissional	60
2.4. Sumário	70
<b>CAPÍTULO III: O SISTEMA ESCOLAR REGULAR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>72</b>
3.1. A Formação Profissional Específica no Ensino Superior	73
3.2. A Profissionalização em Nível de Segundo Grau	77
3.2.1. A função propedêutica do ensino de segundo grau	77
3.2.2. O ensino de segundo grau e a preparação para o "segundo sistema educacional"	80
3.3. O Ensino de Primeiro Grau e a Preparação para o Trabalho	83
3.4. Sumário e Conclusões	86
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>89</b>

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

### TABELAS

1.1. Brasil — População economicamente ativa segundo o nível de qualificação: 1950/1970	9
1.2. Estado de São Paulo — Grau de instrução da mão-de-obra empregada na indústria	11
1.3. Brasil — Grau de instrução da força de trabalho: 1973, 4.º trimestre	13
1.4. Brasil — Matrícula no ensino superior: 1962-1975	22
1.5. Brasil — Pessoas de 7 a 14 anos segundo a alfabetização: 1970	34

### FIGURAS

1.1. Brasil — Pirâmide escolar: 1963-1974	35
1.2. Brasil — Pirâmide escolar do ensino de primeiro grau: 1967-1974	35



## INTRODUÇÃO

*Na formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado para o trabalho, faz-se necessária a utilização mais racional possível dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis na sociedade. Uma das maneiras de contribuir para que tal racionalização se realize de forma efetiva é proceder a uma adequada distribuição das responsabilidades pela formação profissional entre as diversas instituições e agências que cuidam do desenvolvimento de recursos humanos. A teoria educacional pode colaborar para a tomada de decisões neste sentido, estudando essas diversas agências e o papel que deve caber a cada uma delas na formação profissional. No presente trabalho, pretendemos analisar o papel de um desses agentes formadores de mão-de-obra qualificada, no Brasil, qual seja, o sistema escolar regular.*

*Qualquer estudo que se faça sobre o papel do sistema regular de ensino na formação profissional não pode deixar de levar em conta a contribuição a ser dada, neste sentido, pelas demais agências existentes na sociedade. Portanto, embora nos concentrando nas atribuições do sistema escolar regular, sempre que necessário fazemos referência também às instituições localizadas fora deste sistema. Por outro lado, qualquer que seja a agência considerada, o estudo de suas responsabilidades na formação profissional não pode levar em conta apenas os fatores relacionados com as condições materiais e os recursos disponíveis que favorecem ou dificultam o oferecimento de tal formação. Embora necessário, o exame desses fatores deve ser acompanhado também de uma análise das variáveis ligadas à clientela, ao mercado de trabalho e aos fins da educação. Quanto à clientela, consideramos, no presente trabalho, além da idade dos alunos, principalmente os fatores sociais, econômicos e culturais que condicionam suas necessidades, interesses e aspirações em termos de*

## CAPÍTULO I

### O SISTEMA EDUCACIONAL E AS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO

O sistema educacional pode contribuir para o desenvolvimento do sistema econômico, quer produzindo novos conhecimentos e idéias, quer elevando o nível educacional da população, quer, ainda, desenvolvendo os recursos humanos com a qualificação reclamada por esse sistema econômico. No presente capítulo, ocupamo-nos precisamente deste último aspecto — ou seja, do desempenho do sistema educacional diante das necessidades do sistema produtivo em termos de mão-de-obra qualificada —, levando em consideração a realidade brasileira. Inicialmente, relacionamos a educação com o processo de desenvolvimento, passando, em seguida, a tratar da responsabilidade do sistema educacional, diante das mudanças de ordem qualitativa que ocorrem em todos os setores da vida social e econômica, a partir do momento em que se inicia aquele processo de desenvolvimento. Após apresentar as mudanças qualitativas ocorridas no perfil da mão-de-obra, no Brasil, nas últimas décadas, passamos a nos ocupar especificamente do desempenho do sistema educacional brasileiro face às necessidades do mercado de trabalho, iniciando por comentar as principais dificuldades encontradas para se dimensionar a escassez de pessoal qualificado bem como descrever o comportamento dos empregadores, em termos de exigência de escolarização, quando ocorre uma oferta abundante de mão-de-obra qualificada. Em seguida, passamos a considerar os diversos graus de ensino e seus principais problemas ligados à problemática do relacionamento entre sistema educacional e necessidades do mercado de trabalho. Com respeito ao ensino superior, abordamos a questão de sua expansão, da deterioração do ensino, da escassez de alguns tipos de profissionais



## CAPÍTULO II

### A EDUCAÇÃO E O TRABALHO

Os problemas relativos ao processo ensino-aprendizagem não se referem apenas aos meios de fazer o aluno aprender o que ensinamos. É preciso levar em conta também sua *possibilidade* de participar com êxito desse processo. No caso da aprendizagem escolar, trata-se não apenas da possibilidade do aluno freqüentar escolas mas também das condições físicas, psicológicas e culturais por ele apresentadas que facilitam ou dificultam seu desempenho escolar. Isto é válido para quaisquer conteúdos que se pretenda desenvolver, em particular para aqueles relacionados com a formação profissional. Por isso, ao tratarmos da educação para o trabalho, iniciamos o presente capítulo com uma seção dedicada a considerações acerca dos fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais que costumam condicionar a *educabilidade* da clientela escolar.

Intimamente relacionada com a qualificação dos recursos humanos está também a questão da natureza da educação oferecida nas escolas. Na segunda seção deste capítulo, tratamos deste assunto, relacionando, inicialmente, a educação para a vida com a formação para o trabalho. Analisamos, depois, o papel da educação geral e da formação especial e o relacionamento de ambas entre si, bem como com a educação integral do cidadão e com a formação profissional. Em seguida, após versarmos sobre a natureza da educação a ser propiciada ao indivíduo, na escola, com vistas a sua preparação para a vida, encerramos a seção com a discussão a respeito de como deve a educação geral ser desenvolvida de modo a melhor contribuir para a formação profissional do aluno.

uma educação de caráter instrumental (V. item 2.2.3, adiante), capaz não apenas de formar o indivíduo para a vida, mas principalmente de dotá-lo dos meios necessários para aproveitar as oportunidades de aprendizagem e auto-educação com as quais se defronta permanentemente.

### 2.2.2. Educação geral e formação especial

Num sentido mais estrito, nem a educação geral nem a formação especial precisam identificar-se, respectivamente, com educação integral e formação profissional. Daqui por diante, adotaremos uma distinção entre essas duas expressões que leva em consideração o próprio aspecto semântico de cada uma delas. \* Assim, educação geral será entendida como a que visa a oferecer conhecimentos e habilidades que possibilitem sua aplicação num amplo campo de situações e o atendimento de um conjunto variado de propósitos. A noção de formação especial, por sua vez, levará em conta a destinação específica das habilidades e conhecimentos por ela propiciados, os quais visarão à utilização em situações determinadas, com propósitos particulares. Como há uma certa gradação na aplicabilidade das habilidades e conhecimentos oferecidos — não existindo, simplesmente, conteúdos com aplicação geral ao lado de conteúdos com aplicação específica, mas sim certos conteúdos aplicáveis em maior número de situações do que outros —, também a caracterização da educação em termos de sua generalidade ou especificidade admite uma relativa gradação, podendo-se falar em educação mais geral ou mais especial. Nada impede, além disso, que um determinado conteúdo de educação geral acabe tendo uso específico, nem que um conteúdo de formação especial enseje outros usos e aplicações além daqueles intencionados em princípio. O ensino de aritmética, por exemplo, pode ser considerado educação geral, quando fornecido no curso de primeiro grau, com o objetivo de dotar o aluno de um conhecimento que lhe será útil nas mais variadas situações em que lhe for exigida a realização de cálculos elementares; o mesmo conteúdo assumirá caráter de educação especial, quando propiciado no contexto de um treinamento para operários, com o propósito específico de capacitação no desempenho de determinada tarefa, digamos, a contagem e separação em lotes iguais, das peças que saem de uma linha de pro-

---

\* Esta distinção será, portanto, diversa daquela estabelecida pela Lei n.º 5.692/71 e adotada pela legislação educacional posterior a ela. Cf., p. ex., as considerações do presente item com os Pareceres n.º 853/71 e n.º 45/72 do Conselho Federal de Educação.



### CAPÍTULO III

## O SISTEMA ESCOLAR REGULAR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As considerações a respeito das opções institucionais no desenvolvimento dos recursos humanos, apresentadas no capítulo anterior, levaram-nos à conclusão de que é mais conveniente localizar a formação profissional, em seus aspectos práticos, no interior do “segundo sistema educacional”. Assim, as responsabilidades do sistema escolar regular na formação para o trabalho ficam restritas ao fornecimento dos componentes teóricos de tal formação. Esse papel do sistema regular de ensino no oferecimento de educação teórica, visando à formação profissional da clientela, nós o abordamos no presente capítulo, levando em conta as considerações feitas no Capítulo I a respeito das necessidades do mercado de trabalho e dos problemas e dificuldades encontrados por nosso sistema educacional para atender a essas necessidades. Analisamos a questão em relação aos diversos graus de ensino, começando pelo superior, a propósito do qual focalizamos principalmente os aspectos relativos à maior ou menor especificidade e à qualidade da educação oferecida, tendo em vista as características da clientela e as necessidades do mercado de trabalho. Com respeito ao ensino de segundo grau, nossa atenção se concentra no exame de sua função propedêutica à escolarização superior e de seu papel na preparação para o “segundo sistema de educação”. Quanto ao ensino de primeiro grau, ao considerarmos seu papel na formação profissional, partimos de sua importância tanto no estabelecimento de uma base para os demais graus de ensino, quanto na preparação para o aprendizado no “segundo sistema educacional” e para o desempenho de ocupações no mercado de trabalho, procurando enfatizar a necessidade de medidas visando não apenas

# ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Vitor Henrique Paro

Neste estudo é abordado, de maneira clara e objetiva, o problema da utilização mais racional possível dos recursos materiais, humanos e financeiros de que o Brasil dispõe para a formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado para o trabalho. À luz da teoria educacional, ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL analisa particularmente o papel do sistema regular de ensino como agente formador de mão-de-obra especializada. Assim é que, na sua primeira parte, focaliza as necessidades que dela tem o sistema produtivo, no Brasil, e o desempenho do sistema educacional no sentido de formá-la. O segundo capítulo, após considerar os fatores sócio-econômicos e culturais que condicionam a educabilidade dos alunos, e discutir as questões de educação geral, formação especial, preparação para o trabalho e educação integral, demora-se no exame das vantagens e desvantagens da formação profissional no sistema regular de ensino e no ambiente de trabalho, bem como nas diversas opções institucionais para o desenvolvimento de recursos humanos. O capítulo final, concluindo a análise feita nos dois capítulos anteriores, apresenta as responsabilidades a serem atribuídas ao sistema escolar regular no concernente à formação profissional.

O autor de ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, que obteve o grau de Mestre na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo com o presente trabalho, é pesquisador do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, professor do Centro de Educação da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo e professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

EDITORA CULTRIX